

## RESIDÊNCIAS SECUNDÁRIAS E ESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA ZONA COSTEIRA CEARENSE, BRASIL

Andrea de Castro Panizza<sup>1</sup>  
Alexandre de Queiroz Pereira<sup>2</sup>

### RESUMO

A zona costeira cearense vem sendo transformada a partir da década de 1970. O entendimento do processo de estruturação deste recorte espaço-temporal demanda uma leitura que integre não somente os vinte municípios litorâneos cearenses, mas também a região metropolitana de Fortaleza, elemento importante no contexto regional. Nossa investigação privilegia a informação espacial, e tenta demonstrar a existência, ou não, de uma correlação entre variáveis como investimentos, infra-estrutura viária, residências secundárias e dinâmica populacional. A descrição e análise destas variáveis permitiram a classificação e a apreensão de alguns traços da dinâmica sócio-espacial, evidenciando estabilidades e transformações nos espaços em questão. Dentre elas destaca-se a consolidação do parque de residências secundárias em meio aos domicílios particulares e a formação dos espaços de vilegiatura associados aos novos lugares turísticos, sobretudo nas pequenas e médias cidades cearenses.

**Palavras-chave:** Zona costeira; Infra-estrutura; Residência secundária; Dinâmica populacional, Ceará

### SECONDARY RESIDENCES AND SOCIAL-SPACE STRUCTURATION OF THE COASTLINE IN THE STATE OF CEARÁ, BRAZIL

### ABSTRACT

The coastline in Ceará has been transformed since the decade of 1970. The understanding of this spatio process structuring requires a reading which integrates not only the twenty seashore cities in Ceará but also the metropolitan region of Fortaleza, an important element in the regional context. This investigation privileges spatial information and tries to demonstrate whether there is or not a correlation between variables such as investment, road system infrastructure, secondary residences, and populational dynamics. The description and analysis of these variables have permitted the classification and apprehension of some traces of the spatiotemporal dynamics, thus evidencing stabilities and transformations in the referred spaces. Among them we highlight the consolidation of the park of secondary residences in the midst of private domiciles and the formation of summer vacation spaces associated with new touristy places, mainly in small and medium-sized towns in Ceará.

**Keywords:** Coastline ; Infrastructure ; Secondary residence ; Population dynamic ; Ceará

<sup>1</sup> Doutorado (USP, Brasil) e pós-doutorado (CNRS, França) em Geografia. Pesquisadora DCR CNPq/Funcap na Universidade Federal do Ceará. Endereço: 40, rue de Joliet, 22.650, Ploubalay, França. E-mail: [apanizza@usp.br](mailto:apanizza@usp.br).

<sup>2</sup> Mestrado (UFC, Brasil) em Geografia. Professor do IFCE. E-mail: [aqp@ifce.edu.br](mailto:aqp@ifce.edu.br).

## INTRODUÇÃO

A zona costeira é um espaço com “características naturais e de ocupação que lhe são próprias, circunscrevendo um monopólio espacial de certas atividades”, como a circulação e a exploração dos recursos marinhos. Outra vantagem da localização litorânea é ser um “espaço de lazer” (MORAES, 1999, p. 17-18). O Brasil com sua vasta zona costeira possui uma situação privilegiada, assim como toda a região nordeste. O Estado do Ceará possui 573 km de litoral que se estende entre as divisas com os Estados do Piauí, à oeste, e Rio Grande do Norte, à leste (CLAUDINO-SALES; PEULVAST, 2006, p. 387).

É também no exíguo espaço da zona costeira que encontramos muitas das metrópoles e grandes cidades brasileiras, de importância nacional ou regional, e que não cessam de crescer econômica e espacialmente. Fortaleza, município sede de sua região metropolitana, é um exemplo atual (SILVA, 2006). Um dos seus principais problemas é, justamente, o acelerado crescimento da mancha urbana. A grande extensão das cidades formam as chamadas “cidades espraiadas” que possuem uma “organização interna caótica” (SANTOS, 2005, 5 ed., p. 105-107) e da qual derivam problemas de diversas origens: fragmentação do tecido urbano, vazios intersticiais, carência de unidades habitacionais e áreas verdes, poluições de várias procedências (hídrica, por resíduos sólidos e sonora), segregações sócio-espaciais (SPOSITO, 2003), etc.

Outro incontestável motor da ocupação na zona costeira brasileira é, atualmente, o turismo. Lugar de destaque nas políticas de desenvolvimento regional do nordeste brasileiro, a zona costeira aparece como espaço prioritário para atividades econômicas. Segundo Dantas et al. (2006, p. 23-24) “a construção de políticas de desenvolvimento econômico associadas, principalmente, ao turismo litorâneo e à agricultura irrigada” privilegiam porções do espaço tais como o litoral, as zonas de várzea, os tabuleiros e o cerrado. Assim, “o litoral nordestino se converte em zona turística, evidenciada na importância econômica atribuída a esta atividade, principalmente nos Estados do Ceará, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte”.

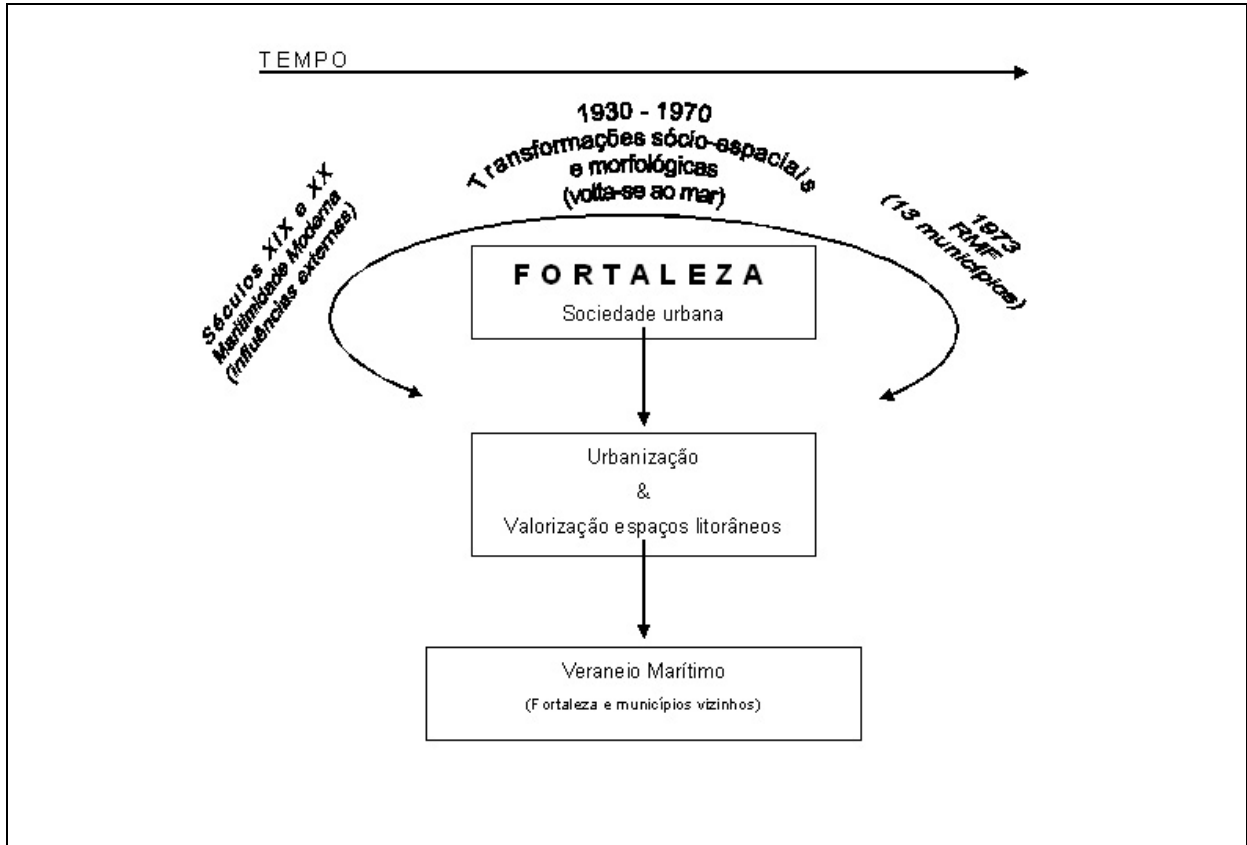
Todavia, é importante ressaltar o papel das atividades de lazer desenvolvidas na zona costeira anteriores às políticas regionais de planejamento turístico. Neste escrito, destacamos a vilegiatura marítima e a residência secundária, entendendo-as, respectivamente, como prática de lazer constituída pelo desejo dos cidadãos e forma espacial relacionada à prática mencionada. Estas, juntamente com a consolidação do turismo litorâneo, contribuem para a disseminação das estruturas urbanas pelo espaço litorâneo cearense ao longo do século XX. Assim, para o entendimento do processo atual de estruturação da zona costeira cearense, é relevante conhecer a importância histórica da

cidade de Fortaleza. No final do século XIX início do século XX a sociedade urbana fortalezense absorve e filtra as influências européias e, posteriormente, propaga o fenômeno marítimo pelos municípios vizinhos. Desta feita, as práticas marítimas modernas, como os banhos de mar, o veraneio marítimo e o turismo litorâneo principalmente, afirmam-se inicialmente como sinônimo de um modo elegante de vida.

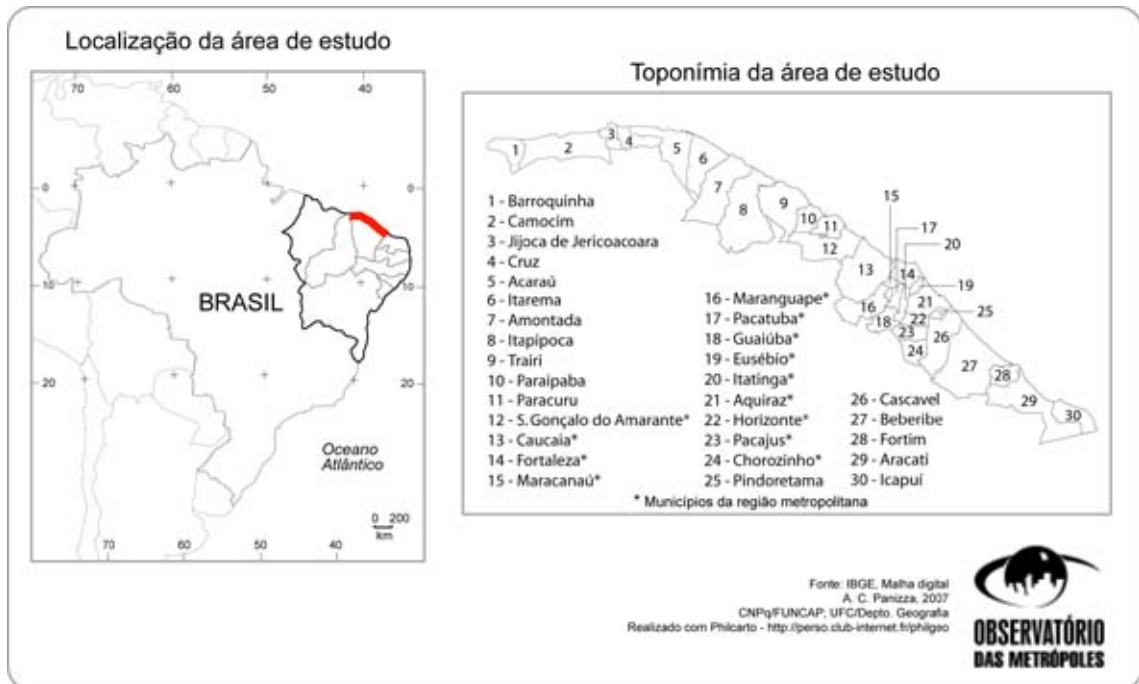
Fortaleza apresenta-se com o ponto de propagação destas práticas. Dantas (2004) afirma que nas décadas 1930 e 1940 residências secundárias da elite fortalezense chegavam aos vilarejos de pescadores nas praias de Iracema e Meireles. O mesmo autor reconhece a importância do veraneio marítimo na consolidação da valorização dos espaços litorâneos e destaca as transformações estabelecidas. Esse torna-se responsável pela difusão da maritimidade moderna nos demais espaços litorâneos cearenses, associado diretamente com a difusão inicial dos banhos de mar, das caminhadas e, posteriormente, do turismo litorâneo.

É ainda em Fortaleza que o fenômeno marítimo se inter-relaciona com outro fenômeno: a urbanização. A instituição do veraneio marítimo (e com isso as residências secundárias) proporciona sensível urbanização das praias fortalezenses. Assim, urbanização e valorização dos espaços litorâneos são fenômenos que mantêm relações de complementaridade. As práticas marítimas modernas são práticas da sociedade urbana. Além do mais, para a realização de tais práticas, os espaços litorâneos são redefinidos por novas relações sociais e uma nova morfologia (urbana) é constituída (figura 1).

Partimos do pressuposto que os vilegiaturistas possuem demandas cidadinas de infra-estrutura (DANTAS et. al, 2008), principalmente em relação as vias rodoviárias de acesso as praias e as residências secundárias. A dinâmica populacional e o estudo do aumento das residências secundárias proporcionam elementos de análise, evidenciados em trabalhos anteriores (PANIZZA; FOURNIER, 2008; PANIZZA et al, 2009), sobre a estabilidade e/ou transformação social e espacial. Considerando, então, a importância atribuída a zona costeira e a atividade turística a ela associada nas políticas de desenvolvimento econômico que atingem o nordeste brasileiro, tentamos demonstrar a existência de correlação espacial entre investimentos, dinâmica populacional e expansão das residências secundárias. Inicialmente analisaremos a distribuição dos investimentos e da infra estrutura. Em seguida, a dimensão multitemporal dos dados populacionais proporciona uma leitura de sua dinâmica e, por fim, os dados sobre residências secundárias apresentam sua distribuição e expansão.



**Figura 1:** Gênese da valorização dos espaços litorâneos  
Fonte: modificado de Pereira, p.29, 2006



**Figura 2:** Localização da área de estudo  
Org. A.C.Panizza, 2007

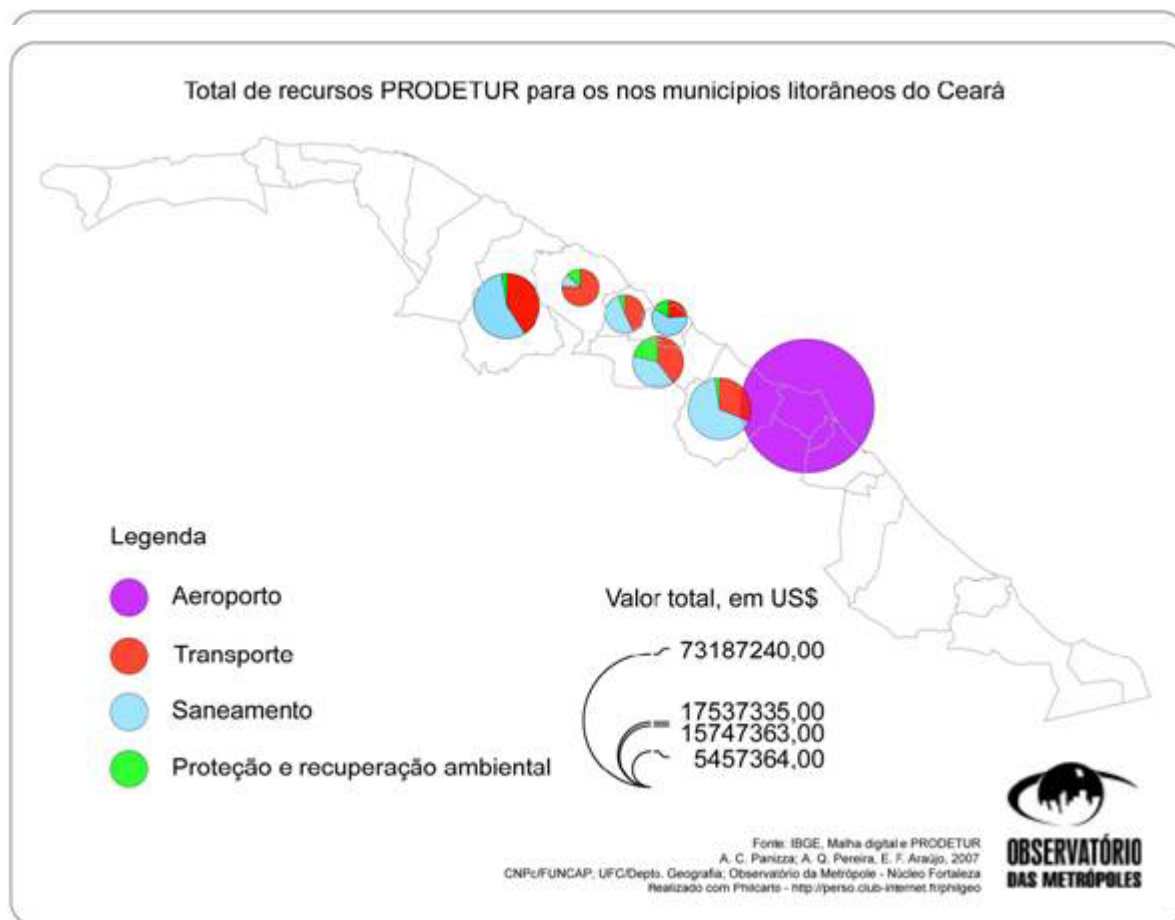
## ESPACIALIDADES CONTEMPORÂNEAS: INVESTIMENTOS E INFRA-ESTRUTURA

Importantes investimentos públicos vêm incentivando o desenvolvimento do turismo litorâneo no Ceará. A década de 1980 marca esta política com o Programa de Desenvolvimento do Turismo em Áreas Prioritárias do Litoral do Ceará (PRODETURIS) (ASSIS, 2006). Definindo as regiões turísticas litorâneas, o programa investiu, principalmente, em infra-estruturas básicas e zoneamentos turísticos, mas também pretendia dar “confiabilidade” aos empreendedores (CORIOLANO, 2002).

A importância atribuída a atividade turística, como motor do desenvolvimento econômico da zona costeira, é evidenciada também no volume de investimentos aplicados por outro programa, o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR-NE). Em sua primeira fase (1995-2003) investiu 900 milhões de reais nos estados nordestinos em obras de infra-estrutura, transportes, além da proteção e recuperação ambiental e do patrimônio histórico (DANTAS, 2007). O maior volume de investimentos do PRODETUR no Ceará foi aplicado na ampliação do aeroporto internacional em Fortaleza, engendrando um aumento importante de vôos e de número de passageiros. Com inserção garantida no circuito internacional, estima-se que entre 1996 e 2005 houve um aumento de 84,9% de passageiros internacionais e 131 voos internacionais em 2005 (ASSIS, *op. cit.*).

Dos outros vinte municípios litorâneos cearenses, somente cinco foram contemplados com recursos, sendo, na maioria dos casos, os investimentos aplicados em saneamento básico, salvo para os municípios de São Gonçalo do Amarante e Trairi onde a prioridade foi transportes. Todos os cinco municípios usaram pequena parte dos investimentos para a proteção e recuperação ambiental, em ações mitigadoras como a recuperação de dunas e a urbanização das margens de lagoas. Nenhuma parte do recurso foi usada para a conservação e recuperação do patrimônio histórico (figura 3 e tabela 1).

Assim, o rebatimento espacial dos investimentos do PRODETUR no Ceará limita-se aos municípios da porção oeste do litoral, entre Caucaia e Itapipoca (figura 3). É justamente nesta porção do litoral que se localiza o porto do Pecém (inaugurado em 2001) e outros importantes projetos, tais como sua ampliação com o terminal de múltiplo uso e de regaseificação, o gasoduto Guamaré-Pecém e o parque eólico de Taíba.



**Figura 3:** Total de recursos PRODETUR-NE para os municípios litorâneos do Ceará

**Tabela 1:** Total de recursos PRODETUR-NE por rubrica para os municípios litorâneos

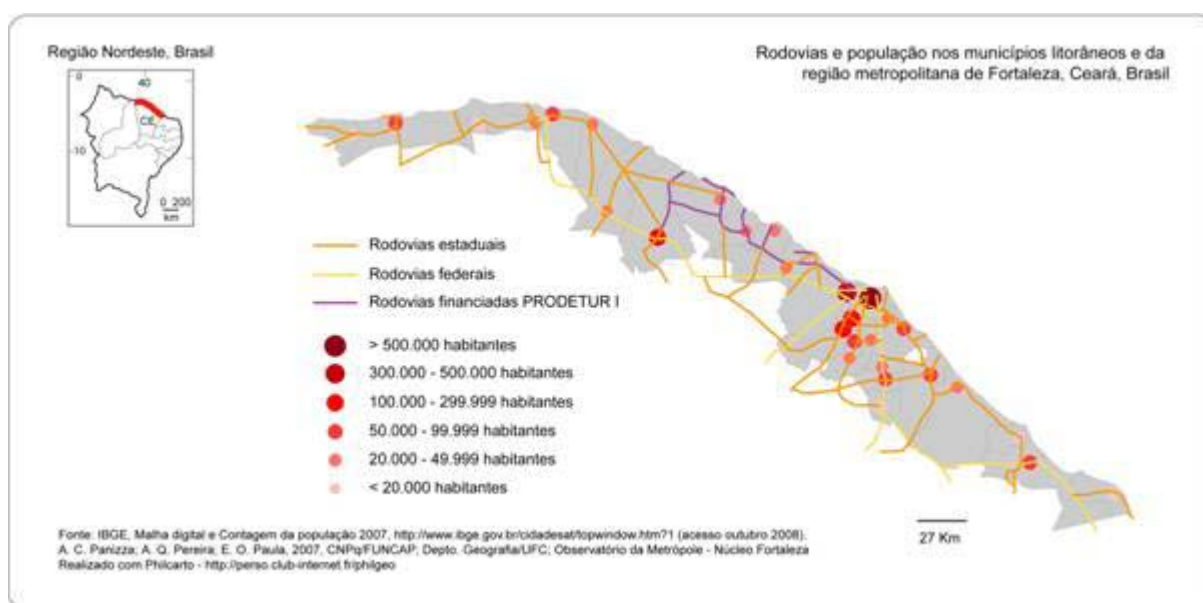
Rubricas	Fortaleza	Itapipoca	Caucaia	São Gonçalo Amarante	Paraipaba	Trairi	Paracuru
Aeroporto	73.187.239,58						
Transporte		7.187.939,70	4.910.698,92	4.025.442,65	2.843.710,49	4.320.222,80	1.300.408,12
Saneamento		9.842.092,95	10.449.335,63	4.001.053,56	3.417.363,40	633.534,50	3.297.750,79
Proteção e recuperação ambiental		507.302,03	387.328,70	2.136.659,33	342.239,91	709.263,46	859.205,34
<b>Total</b>	<b>73.187.239,58</b>	<b>17.537.334,68</b>	<b>15.747.363,25</b>	<b>10.163.155,54</b>	<b>6.603.313,80</b>	<b>5.663.020,76</b>	<b>5.457.364,25</b>

Fonte: PRODETUR.

Organização: E.F.Araújo, A.Q.Pereira; A.C.Panizza

Vários autores estudam os reflexos das políticas de desenvolvimento econômico no Ceará (SILVA, 2006; DANTAS *et al.*, 2006; DANTAS, 2007). Evidentemente, ao observarmos a rede de transporte rodoviário no recorte dos municípios litorâneos e dos da RMF, comprovamos o incremento no desenvolvimento regional que tais políticas engendram. Elas intensificaram os eixos de comunicação entre Fortaleza, São Gonçalo do

Amarante (porto do Pecém) e Itapipoca, costurando à rede já existente inúmeras outras praias consideradas potencialidades turísticas. As rodovias estaduais pré-existentes, com nítido objetivo de integrar lugares turísticos a capital do Estado, privilegiam traçados paralelos e próximos ao litoral, como a via estruturante (roteiro da costa do sol poente que leva a Camocim e Jericoacora) e o roteiro da costa do sol nascente que integra à rede praias conhecidas como Morro Branco, em Beberibe, e Canoa Quebra, em Aracati. A partir desse ponto, a ligação rodoviária com o estado do Rio Grande do Norte se faz por rodovia federal. Por sua vez, as federais possuem traçados mais interiores, em direção ao sertão, alimentando os distritos industriais da RMF (figura 4).



**Figura 4:** Rodovias e população nos municípios litorâneos e da Região Metropolitana de Fortaleza, Ceará, Brasil

A hierarquia urbana do recorte espacial em foco, mostra claramente o peso da região metropolitana e sobretudo de Fortaleza. A figura 4 apresenta, além das rodovias, o tamanho das cidades segundo a população residente, referente a contagem da população efetuada pelo IBGE em 2007. Também a tabela 2 mostra, em ordem decrescente para 2007, a população residente desses municípios. Classificamos o número de habitantes em 6 classes: 1) menor de 20.000 habitantes; 2) de 20.000 a 49.999 habitantes; 3) de 50.000 a 99.999 habitantes; 4) de 100.000 a 299.999 habitantes; 5) de 300.000 a 500.000 habitantes e, finalmente, 6) acima de 500.000 habitantes (figura 4 e tabela 2).

Optamos, inicialmente, pela análise dos dados de 2007 como indicação de tendência, posto que o próximo censo demográfico deve ser publicado em 2010. Ao analisarmos os dados pelas classes populacionais, vemos imensa disparidade. Além das maiores cidades, Fortaleza (2.431.415 habitantes) e Caucaia (316.906 habitantes), os

recursos do PRODETUR no Ceará visaram municípios bem menores: Itapipoca, 107.281 habitantes; Trairi, 48.620 habitantes; São Gonçalo do Amarante, 40.312 habitantes; Paracuru, 30.665 habitantes e Paraipaba, 28.192 habitantes. Desses últimos, somente a sede municipal de Paracuru se situa no litoral, mas também encontram-se neste recorte algumas praias freqüentadas como Cumbuco (Caucaia) e Taíba (São Gonçalo do Amarante).

**Tabela 2:** População residente nos municípios litorâneos e Região Metropolitana de Fortaleza, em 2007, 2000 e 1991

Classes	Municípios	Contagem população 2007	2000	1991
> 500.000 habitantes	Fortaleza*	2 431 415	2 141 402	1 768 637
300.000-500.000 hab.	Caucaia*	316 906	250 479	165 099
100.000-299.999 hab.	Maracanaú*	197 301	179 732	157 151
	Itapipoca	107 281	94 369	77 263
	Maranguape*	102 982	88 135	71 705
50.000-99.999 hab.	Aquiraz*	67 265	60 469	46 305
	Aracati	66 049	61 187	60 687
	Pacatuba*	65 772	51 696	60 148
	Cascavel	63 932	57 129	46 507
	Camocim	58 470	55 448	51 035
	Pacajus*	54 881	44 070	31 800
	Acaraú	52 123	48 968	45 505
20.000-49.999 hab.	Horizonte*	48 660	33 790	18 283
	Trairi	48 620	44 527	36 344
	Beberibe	46 155	42 343	36 801
	São Gonçalo Amarante*	40 312	35 608	29 286
	Eusébio*	38 189	31 500	20 410
	Amontada	37 513	32 333	25 161
	Itarema	34 296	30 347	25 548
	Itaitinga*	31 107	29 217	-
	Paracuru	30 665	27 541	20 942
	Paraipaba	28 192	25 462	19 791
	Guaiúba*	22 405	19 884	17 562
< 20.000 habitantes	Cruz	22 144	19 779	20 098
	Chorozinho*	18 261	18 707	15 492
	Icapuí	18 186	16 052	13 661
	Jijoca de Jericoacoara	15 442	12 089	-
	Barroquinha	14 812	13 921	12 929
Fortim	14 072	12 066	-	

\* Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza.

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991, 2000 e Contagem da população 2007.

Organização: A.C.Panizza; A.Q.Pereira; E.F.Araújo; E.O.Paula.

A leitura espacial destes investimentos demonstra clara fragmentação dos espaços, uns valorizados, outros não. Faz persistir, no que tange esse programa, a dicotomia litoral/sertão. A zona costeira é privilegiada em detrimento ao sertão, que ainda não é considerado como um “lugar” turístico. Vemos que “as políticas de desenvolvimento econômico são instrumentos de poder argumentativo a serviço da região (...) privilegiando determinadas parcelas do espaço” (DANTAS *et al.*, 2006). Além dessa dicotomia, notamos igualmente a constante carência em saneamento básico ainda existente mesmo nos municípios maiores, como Caucaia e Itapipoca. Por outro lado, esta leitura também evidencia que a escolha do espaço onde os investimentos foram aplicados não visou



somente as atividades turísticas. Ao privilegiar a porção entre Caucaia e Itapipoca, uma melhora expressiva nas infra-estruturas básicas foi realizada nos municípios próximos ao porto do Pecém, equipando a região para acolher projetos ainda maiores como o da refinaria de petróleo.

Os investimentos públicos destinados a dinamização do espaço litorâneo cearense enquadram-se na perspectiva da formação de um espaço fluído, ou melhor, de um espaço da circulação. Os sistemas de objetos (SANTOS, 1996), verdadeiras próteses carregadas de intencionalidade, fragmentam o território cearense, ao passo, que estruturam o litoral e o vinculam a uma dinâmica de atração de investimentos privados nacionais e internacionais. Segundo a lógica do poder executivo estadual, o turismo apresenta-se, assim, como uma das atividades capazes de modernizar a organização econômica do estado do Ceará (BENEVIDES, 1998).

## **DINÂMICA POPULACIONAL**

A dinâmica populacional dos municípios estudados foi apreendida pelos dados dos censos demográficos do IBGE de 1991 e 2000 (tabela 2). A disparidade encontrada no universo dos municípios nos levou, por um esforço de síntese, ao estudo do aumento da população. A tabela 3 mostra que dos 29 municípios estudados, 27 sofreram aumento populacional. As duas exceções encontram-se na RMF: Pacatuba e Chorozinho. No primeiro caso, a redução populacional se deu pela emancipação, em 1992, do distrito de Itaitinga. No segundo caso, a redução da população é quase inexpressiva.

Os municípios com 100% de crescimento populacional são aqueles que foram emancipados durante o período, caso de Itaitinga, emancipado de Pacatuba; de Jijoca de Jericoacoara, emancipado de Cruz; e de Fortim, de Aracati. Conseqüentemente, os municípios que apresentam menor crescimento ou decréscimo populacional encontram-se na relação citada, pois perderam parte de seus territórios. Assim, temos Pacatuba e Cruz com decréscimo populacional, -16% para o primeiro, e -2% para o segundo; e somente 1% de crescimento populacional para Acarati (tabela 3).

As quatro maiores taxas de crescimento populacional se encontram na RMF: Horizonte, Eusébio, Caucaia e Pacajus. Dois deles são municípios interioranos, Horizonte e Pacajus, que pertencem ao distrito industrial. Já Eusébio e Caucaia são municípios vizinhos a Fortaleza em processo de conurbação e onde “a mobilidade diária da população gera movimentos pendulares que se realizam em função da dissociação entre local de moradia e local de trabalho e de estudo” (Observatório das Metrôpoles, 2005, p. 39-40; COSTA; ACCIOLY, 2007).

**Tabela 3:** Aumento populacional, 1991-2000, municípios litorâneos e da Região Metropolitana de Fortaleza, em porcentagem

Municípios	Aumento populacional 1991-2000 (%)
Itaitinga*	100
Jijica de Jericoacoara	100
Fortim	100
Horizonte*	46
Eusébio*	35
Caucaia*	34
Pacajus*	28
Paracuru	24
Aquiraz*	23
Paraipaba	22
Amontada	22
Maranguape*	19
Cascavel	19
Trairi	18
Itaipoca	18
São Gonçalo do Amarante*	18
Fortaleza*	17
Chorozinho*	17
Itarema	16
Icapuí	15
Beberibe	13
Maracanaú*	13
Guaiúba*	12
Camocim	8
Barroquinha	7
Acaraú	7
Aracati	1
Cruz	-2
Pacatuba*	-16

\* Municípios pertencentes a Região Metropolitana de Fortaleza.

Fonte: IBGE, Densos demográficos 1991 e 2000; contagem da população, 2007.

Organização: A.C.Panizza

A RMF não parece, então, ter uma influência abrangente a todos os municípios que a compõem, seja do ponto de vista social, econômico ou fluxo de pessoas. Silva (2006, p. 48) afirma que “a centralidade da cidade-sede é muito forte, exercendo grande poder de atração de pessoas, mercadorias e capital. Não se constata a ocorrência de relações caracterizadas como metropolitanas”, o que causa um acelerado “processo de macrocefalia urbana”, haja visto o tamanho da sede da região metropolitana e dos demais municípios.

Dos municípios com as maiores taxas de crescimento populacional (acima de 30%), somente Caucaia (34%) recebeu investimentos do PRODETUR. Por sua localização, este município vem atraindo muitos fortalezenses e é hoje considerada como uma cidade-dormitório, daí seu crescimento. Para os demais municípios contemplados com investimentos, somente Paracuru (24%) e Paraipaba (22%) se destacam acima da taxa de crescimento populacional do Estado, que é de aproximadamente 17% (CEARÁ, 2005)., Estes municípios também registram importantes aumentos de domicílios e de residências

secundárias, como veremos a seguir. São, portanto, municípios de vilegiatura, sobretudo Paracuru. Vale ressaltar, no entanto, que os dados que estão sendo gerados para o próximo censo demográfico devem trazer novas informações para complementar a análise.

No caso dos municípios litorâneos não-metropolitanos, o crescimento populacional não indica quadro de grandes mudanças. Este fenômeno se dá também para aqueles onde os investimentos do PRODETUR foram empregados. Estes municípios ainda não foram alcançados por grandes empreendimentos turísticos capazes de dinamizar a oferta de novos empregos. O litoral oeste do Ceará apresenta-se como um fragmento do território em estado de reserva, a espera de condições socioeconômicas favoráveis a sua inserção no mercado mundial de lugares turistificados.

### **VELHOS E NOVOS ELEMENTOS DA ZONA COSTEIRA: OS DOMICÍLIOS E AS RESIDÊNCIAS SECUNDÁRIAS**

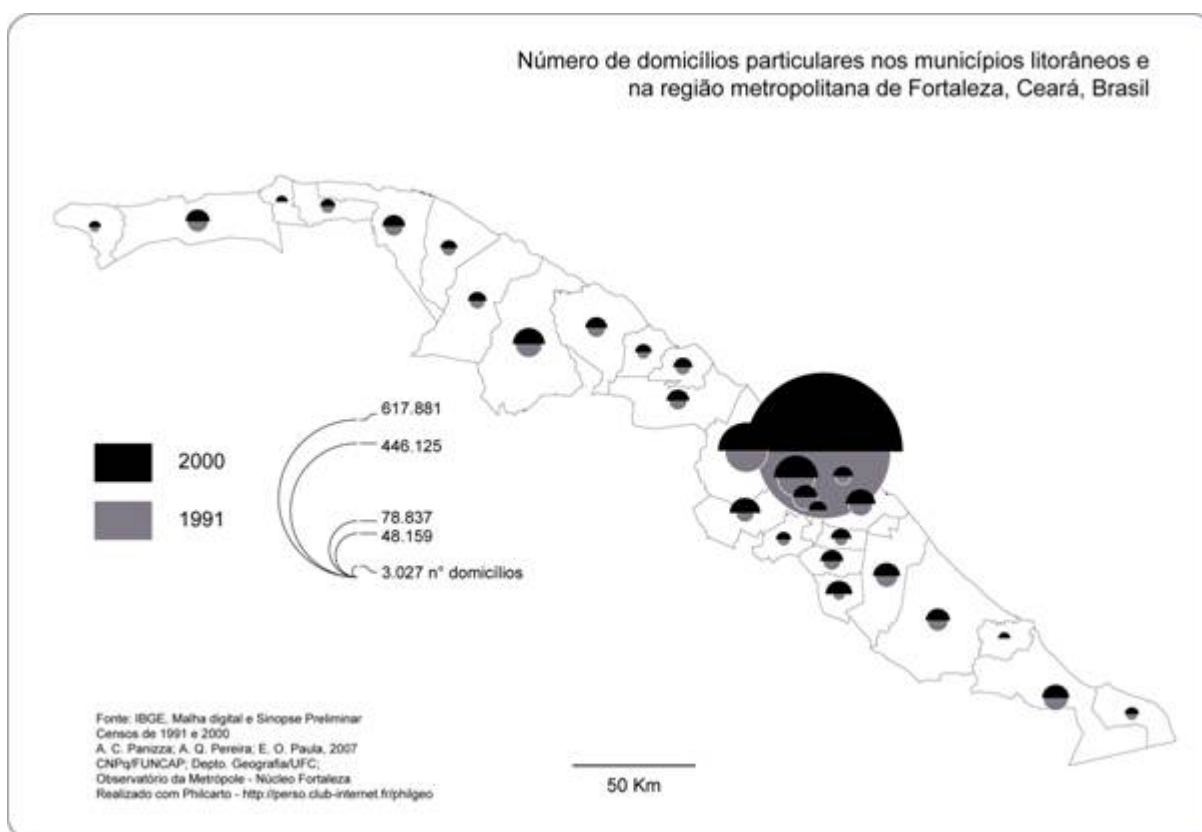
Completando nosso estudo sobre a estruturação sócio-espacial da zona costeira cearense apresentaremos a seguir uma análise sobre os domicílios particulares<sup>3</sup> e as residências secundárias<sup>4</sup>. Essas últimas representam um importante fator na urbanização da zona costeira brasileira (MORAES, 1999), por isso, detalharemos sua distribuição e sua evolução, tanto nos municípios litorâneos, como nos da RMF.

Como consequência direta do aumento populacional, verificamos entre 1991 e 2000 no conjunto do recorte espacial analisado, incremento no número de domicílios particulares, salvo em Pacatuba onde houve a emancipação de Itaitinga. Com comportamento semelhante ao observado nos dados de população, mais uma vez, Fortaleza se destaca por sua dimensão. Nela, o número de domicílios particulares passou de 446.125 (em 1991), para 617.881 (em 2000). Seguem, Caucaia de 46.462 domicílios, para 78.837; Maracanaú de 34.616, para 48.159; Itapipoca de 18.082, para 25.169; Maranguape de 8.387, para 22.955; Aquiraz de 14.449, para 21.457, nos anos estudados. Os demais municípios também sofreram aumento, porém permaneceram em 2000 abaixo da faixa de 20.000 domicílios particulares (figura 5).

---

<sup>3</sup> Foi empregada a mesma definição dos Censos Demográficos do IBGE: unidade habitacional particular (em contraponto à coletiva) de ocupação permanente (em contraponto à de uso ocasional, as residências secundárias).

<sup>4</sup> Assim como Tulik (1995), consideramos neste estudo a categoria domicílio particular de uso ocasional como residência secundária.



**Figura 5:** Número de domicílios particulares nos municípios litorâneos e na região metropolitana de Fortaleza, Ceará, Brasil

No entanto, ao observarmos a porcentagem do aumento dos domicílios, verificamos outra dinâmica (tabela 4). Os três municípios emancipados (Jijoca de Jericoacoara, Itaitinga e Fortim) aparecem no início da tabela, com 100%. Em seguida, com 76,8% vemos Chorozinho. Este pequeno município, interiorano, da RMF encontra-se em plena transformação; já nos dados de aumento populacional ele aparece com a mesma porcentagem que a capital Fortaleza, 17%. Maranguape e Horizonte apresentam taxas acima de 50%: 63,5% e 51,7%, respectivamente. Horizonte também apresentou a maior taxa de crescimento populacional, com 46% (tabela 3). Os demais municípios também possuem taxas elevadas de aumento dos domicílios, variando entre 41,8% e 15,2%. Somente dois municípios apresentam taxas abaixo de 10%: Aracati, 9,8% e Cruz, 4,3%, ambos emanciparam distritos, da mesma forma que Pacatuba, com taxa negativa (tabela 4).

**Tabela 4:** Aumento dos domicílios particulares entre 1991 a 2000, em porcentagem, nos municípios litorâneos e na região metropolitana de Fortaleza, Ceará, Brasil

Municípios	%
Jijoca de Jericoacoara	100,0
Itaitinga*	100,0
Fortim	100,0
Chorozinho*	76,8
Maranguape*	63,5
Horizonte*	51,7
Eusébio*	41,8
Caucaia*	41,1
Pacajus*	35,8
Aquiraz*	32,7
São Gonçalo do Amarante*	32,1
Paracuru	32,0
Paraipaba	31,1
Cascavel	29,1
Itapipoca	28,2
Maracanaú*	28,1
Fortaleza*	27,8
Trairi	27,0
Amontada	24,9
Icapuí	24,1
Beberibe	23,2
Guaiúba*	23,1
Acaraú	21,6
Itarema	21,3
Camocim	21,1
Barroquinha	15,2
Aracati	9,8
Cruz	4,3
Pacatuba*	-12,0

\* Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza.

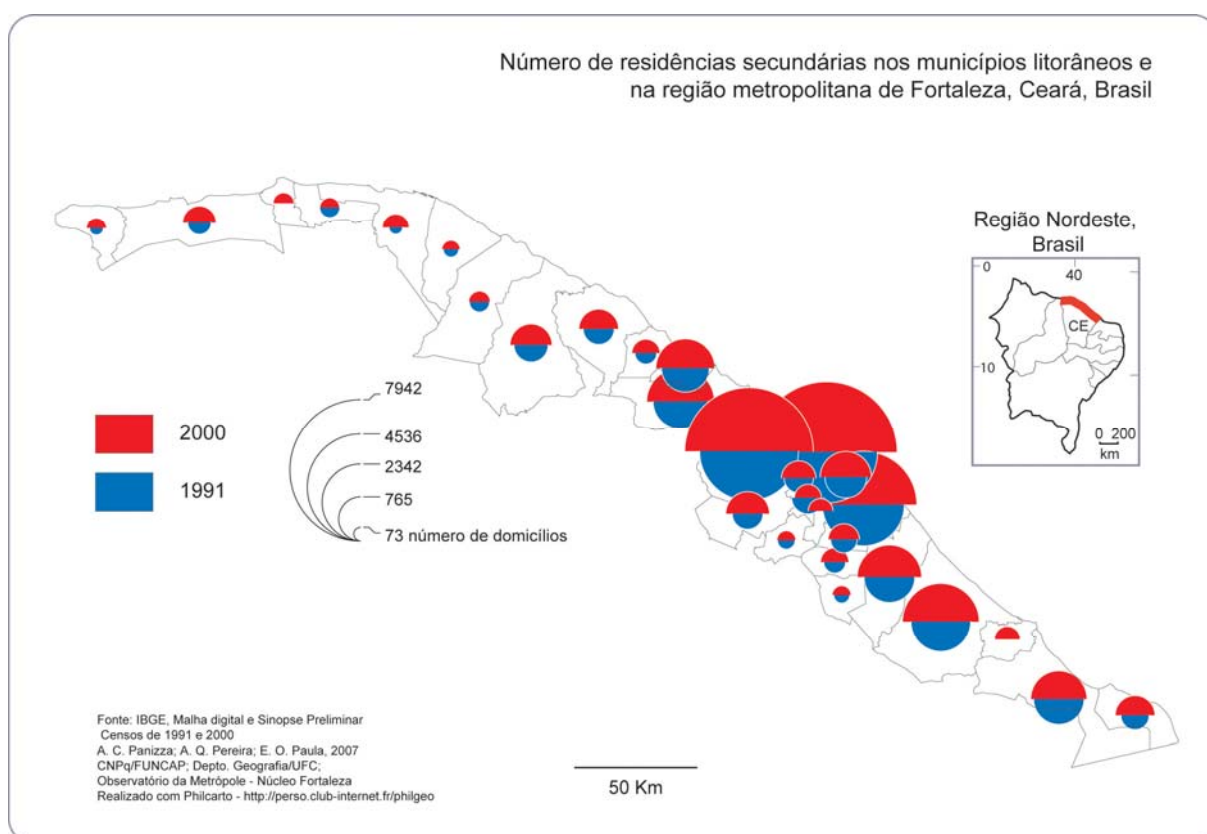
Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991 e 2000.

Organização: A.C.Panizza

A mesma dinâmica de crescimento aparece nos dados sobre residências secundárias, porém envolvendo outros municípios, sobretudo os litorâneos. Nesta variável, Fortaleza permanece no topo, com 4.112 residências secundárias, em 1991 e 7.942, em 2000. Na seqüência, encontramos Caucaia com 3.877 e 6.540; Aquiraz com 2.657 e 4.536; Beberibe com 1.416 e 2.342; São Gonçalo do Amarante com 1.197 e 1.822; Cascavel com 1.018 e 1.643; Paracuru com 906 e 1.377; Aracati com 1.008 e 1.257 e Eusébio com 695 e 1.043 residências secundárias em 1991 e 2000, respectivamente. Dos municípios citados, somente Eusébio não é litorâneo. Com menos de 1.000 residências secundárias em 2000, encontramos todos os demais municípios interioranos da RMF.

A figura 6 representa espacialmente o número de residências secundárias em 1991 e 2000. Aqui verificamos claramente sua concentração nos municípios litorâneos próximos a Fortaleza. No litoral leste, próximo a divisa com o Rio Grande do Norte, destacam-se Aracati e Icapuí. No litoral oeste, o destaque fica em Camocim, porém com números menos expressivos: 217 residências secundárias em 1991, e 443 em 2000.

Seguindo a mesma metodologia de análise, observamos o aumento das residências secundárias durante o período citado. Verificamos que o impacto desse aumento é importante, sobretudo, nos municípios onde número de residências secundárias era, inicialmente, pequeno. Acaraú é um exemplo, pois em 1991 possuía o menor número de residências secundárias do conjunto estudado, isto é, 73 (figura 6); em 2000, contava 284, o que representa um aumento de 74,3 % (tabela 5). Outros três municípios têm aumento maior que 50%, são eles: Barroquinha, 52,2%; Camocim, 51%; Maranguape, 50,3%. Este último é município interiorano da RMF que também apresentou importante incremento dos domicílios particulares, isto é, 63,5% (tabela 4). Entre as porcentagens 49,5% a 30,1% encontramos, na maioria, municípios litorâneos, salvo Eusébio. Abaixo de 30% encontramos: Horizonte, com 27,7%; Maracanaú, com 27,4%; Aracati, com 19,8%; Guaiúba, com 14,6%; e Amontada, com 14,4% (tabela 5).



**Figura 6:** Número de residências secundárias nos municípios litorâneos e na região metropolitana de Fortaleza, Ceará, Brasil

**Tabela 5:** Aumento das residências secundárias entre 1991 a 2000, em porcentagem, nos municípios litorâneos e na região metropolitana de Fortaleza, Ceará, Brasil

Municípios	%
Fortim	100,0
Itaitinga*	100,0
Jijoca de Jericoacoara	100,0
Acaraú	74,3
Barroquinha	52,2
Camocim	51,0
Maranguape*	50,3
Icapuí	49,5
Fortaleza*	48,2
Aquiraz*	41,4
Caucaia*	40,7
Paraipaba	40,6
Pacajus*	40,4
Trairi	39,6
Beberibe	39,5
Cascavel	38,0
Itapipoca	34,4
São Gonçalo do Amarante*	34,3
Paracuru	34,2
Eusébio*	33,4
Chorozinho*	30,6
Itarema	30,1
Horizonte*	27,7
Maracanaú*	27,4
Aracati	19,8
Guaiúba*	14,6
Amontada	14,4
Cruz	-2,5
Pacatuba*	-43,3

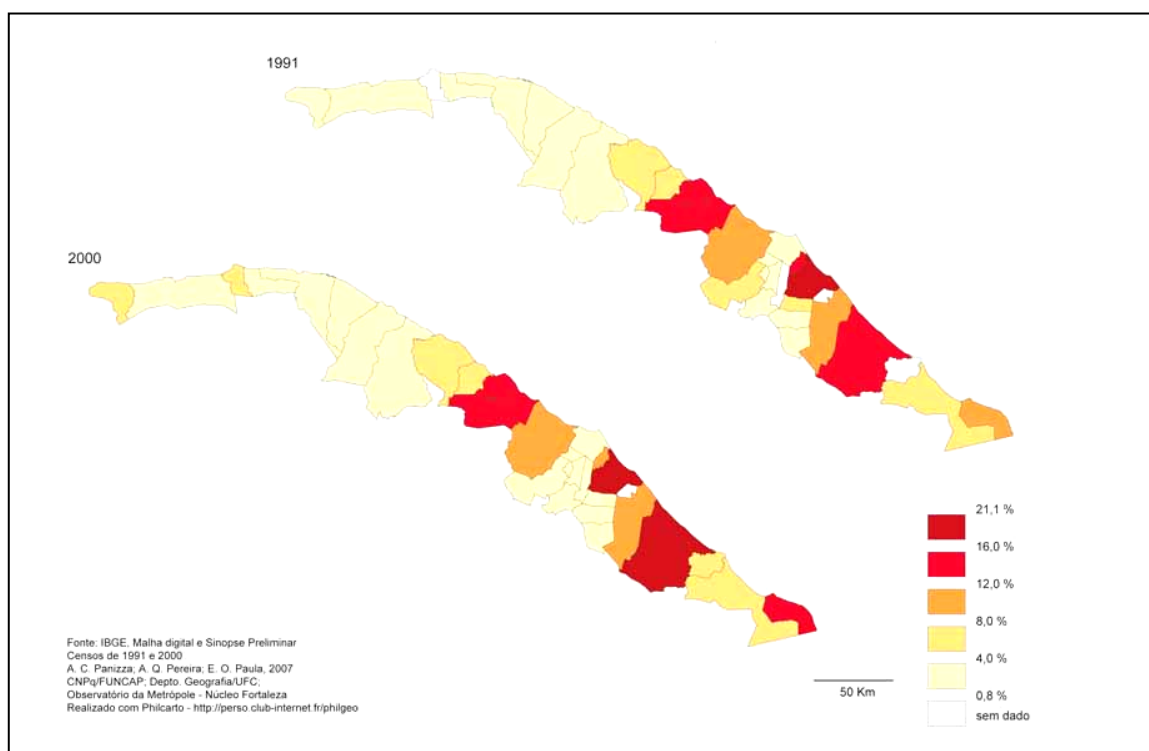
\* Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza.

Fonte: IBGE, Sinopse Preliminar do Censo, 1991 e 2000.

Organização: A.C.Panizza

A evolução temporal, entre 1991 e 2000, apreendida nas análises precedentes, auxilia na interpretação das informações observadas na figura 7 e na tabela 6. Calculamos a porcentagem de residências secundárias, segundo o total de domicílios particulares para os municípios litorâneos e para os da RMF. De um universo variando entre 21,1% e 0,8%, dividimos cinco intervalos de amplitudes fixas. O menor intervalo, entre 0,8 a 4%, reuni municípios com menor apelo turístico, pelo menos no que se refere a vilegiatura (DANTAS *et al.*, 2008). Esse intervalo, em ambos anos, representa aquele com maior número de municípios e menor mutação, pois somente Barroquinha migrou desse intervalo para o imediatamente acima, excluindo-se os municípios emancipados no período. Fortaleza também permaneceu nesse intervalo, apesar de pequeno aumento na porcentagem, passou de 0,9%, em 1991; para 1,3%, em 2000. O intervalo entre 4,0 a 8,0% abarca um universo mais reduzido, porém expressivo. Durante o período, nele permaneceram Aracati, Trairi, Paraipaba, e migraram do intervalo inferior, em 2000, Barroquinha, Jijoca de Jericoacoara e Fortim (os dois últimos, emancipados). O intervalo entre 8,0 a 12,0% permaneceu com um

universo de somente três municípios durante o período estudado, sendo Caucaia e Cascavel estáveis nesta faixa. Entre 1991 e 2000, Icapuí migrou desse intervalo para o imediatamente acima e Eusébio fez o caminho inverso. Entre 12,0 a 16,0%, encontramos Paracuru e São Gonçalo do Amarante em ambos anos. Eusébio migra para o intervalo imediatamente abaixo e Beberibe migra para o acima. Em 2000, Icapuí entra neste intervalo com 12,6% de residências secundárias segundo o total de domicílios. Finalmente, o último intervalo, entre 16,0 a 21,1%, vemos os municípios com maiores taxas de residências secundárias. Aquiraz permanece nesse intervalo durante todo o período e Beberibe nela migra, em 2000 (figura 7 e tabela 6).



**Figura 7:** Porcentagem de residências secundárias, segundo o total de domicílios particulares nos municípios litorâneos e da região metropolitana de Fortaleza, Ceará, Brasil



**Tabela 6:** Porcentagem de residências secundárias, segundo o total de domicílios particulares nos municípios litorâneos e da região metropolitana de Fortaleza, Ceará, Brasil

1991			2000		
Classes	Município	%	Classes	Município	%
21,1-16,0%	Aquiraz*	18,4	21,1-16,0%	Aquiraz*	21,1
				Beberibe	16,4
16,0-12,0%	Paracuru	14,9	16,0-12,0%	Paracuru	15,4
	São Gonçalo do Amarante*	14,2		São Gonçalo do Amarante*	14,7
	Beberibe	12,9		Icapuí	12,6
	Eusébio*	12,1			
12,0-8,0%	Icapuí	8,4	12,0-8,0%	Eusébio*	10,6
	Caucaia*	8,3		Cascavel	9,3
	Cascavel	8,2		Caucaia*	8,3
8,0-4,0%	Aracati	6,3	8,0-4,0%	Fortim	7,4
	Horizonte*	5,8		Aracati	7,1
	Maranguape*	4,5		Trairi	5,3
	Trairi	4,4		Jijoca de Jericoacoara	5,0
	Paraipaba	4,0		Paraipaba	4,6
				Barroquinha	4,5
4,0-0,8%	Cruz	3,1	4,0-0,8%	Horizonte*	3,9
	Guaiúba*	2,9		Maranguape*	3,3
	Pacatuba*	2,6		Camocim	3,1
	Amontada	2,6		Itaitinga*	3,0
	Itapipoca	2,5		Cruz	2,9
	Barroquinha	2,5		Itapipoca	2,8
	Chorozinho	2,5		Guaiúba*	2,6
	Pacajus*	2,3		Pacajus*	2,5
	Camocim	1,9		Acaraú	2,3
	Itarema	1,8		Amontada	2,2
	Maracanaú*	1,0		Pacatuba*	2,0
	Fortaleza*	0,9		Itarema	2,0
	Acaraú	0,8		Fortaleza*	1,3
	Fortim	0,0		Maracanaú*	1,0
	Jijoca de Jericoacoara	0,0		Chorozinho	0,8
	Itaitinga*	0,0			

\* Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza.  
 Fonte: IBGE, Sinopse Preliminar do Censo, 1991 e 2000.  
 Organização: A.C. Panizza; A.Q. Pereira; E.O. Paula

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As variáveis apresentadas foram analisadas em números absolutos e relativos, dentro de determinados recortes, espacial e temporal. População, investimentos, domicílios, residências secundárias e a evolução dessas variáveis no período estudado permitiram classificação e apreensão de alguns traços da dinâmica sócio-espacial, evidenciando estabilidades e transformações nos espaços em questão.

Fortaleza, município sede da região metropolitana, apresenta forte disparidade populacional e espacial com os demais municípios da RMF (Silva, 2006). Possui alto número de residências secundárias, porém essas são diluídas na massa urbana definida

pelo também alto número de domicílios particulares. Apresenta em 2000, somente 1,3% de residências secundárias, segundo o total de domicílios. Esse critério não a caracteriza como sede do turismo de vilegiatura no litoral do Ceará. Por outro lado, Fortaleza se apresenta como nó central da rede de transportes, distribuindo o fluxo de pessoas e mercadorias para a zona costeira e interior.

Indícios de forte dinâmica social foram detectados em Horizonte, Eusébio e Caucaia pelo significativo aumento populacional (46%, 35%, 34%, respectivamente) e de domicílios (51,7%, 41,8%, 41,1%, respectivamente). Com menor crescimento populacional (17%), mas expressivo aumento de domicílios (76,8%) encontramos Chorozinho, pequeno município interiorano da RMF com 18.621 habitantes em 2007.

Pelas variáveis estudadas, nenhum dos sete municípios contemplados com investimentos do PRODETUR apresenta indícios de forte dinamismo social ou de transformações, nem mesmo Fortaleza. Desses somente Caucaia apresenta crescimento populacional expressivo: 34%. Os demais apresentam crescimento populacional abaixo dessa porcentagem, à saber: Paracuru, 24%; Paraipaba, 22%; Itapipoca, Trairi e São Gonçalo do Amarante, todos com 18%; e, por último, Fortaleza, com 17%.

A relação domicílios e residências secundárias se mostra operacional quando tentamos classificar os municípios como lugares de vilegiatura (PANIZZA; FOURNIER, 2008). As residências secundárias são a materialidade da nova função dada as zonas de praia, ligadas sobretudo ao turismo e a vilegiatura (DANTAS *et al.*, 2008). Podemos analisar este fenômeno de duas formas. A primeira é a relação entre as residências secundárias e o total de domicílios particulares que afirma os lugares de vilegiatura. A segunda se faz através do aumento no número de residências secundárias. Podemos evidenciar, assim, o impacto da chegada da vilegiatura nos novos lugares turísticos, sobretudo nas pequenas e médias cidades.

Em relação a primeira perspectiva, isto é, considerando a porcentagem de residências secundárias segundo o total de domicílios (tabela 6), Aquiraz, o município onde se localiza o parque aquático *Beach Park*, se afirma como lugar de vilegiatura, com 18,4%, em 1991 e 21,1%, em 2000. Em 2000, Beberibe, município da conhecida praia de Morro Branco, se aproxima com 16,4%. Com porcentagens menores, encontramos, em 2000, Paracuru, 15,4%; São Gonçalo do Amarante, 14,7%; e Icapuí, 12,6%. Tanto Beberibe quanto Icapuí são exemplos de municípios onde o aumento, seja dos domicílios como das residências secundárias, foi significativo, porém o das residências secundárias foi mais expressivo que o dos domicílios. Paracuru e São Gonçalo do Amarante são municípios que foram contemplados com investimentos do PRODETUR. Porém nenhuma correlação direta

pode ser estabelecida entre investimentos e residências secundárias, pois em 1991 ambos já apresentavam expressivas porcentagens de residências secundárias segundo o total de domicílios (14,9% e 14,2%, respectivamente)

Considerando a segunda perspectiva, aquela do impacto do aumento no número de residências secundárias, observamos que Acaraú, Barroquinha, Camocim e Maranguape possuem porcentagens acima de 50%, à saber: 74,3%; 52,2%; 51%; 50,3%, respectivamente (tabela 6). Analisaremos, inicialmente, os três primeiros municípios, situados no litoral oeste cearense. Neles o aumento dos domicílios também foi importante, mas em menor proporção, isto é, 21,6% em Acaraú; 21,1% em Camocim e 15,2% em Barroquinha. O crescimento populacional é, ao contrário, pequeno: entre 7% e 8%. Esses três municípios possuem, em 2007, população de 52.123 habitantes; 14.812 habitantes; 58.470 habitantes, respectivamente. O incremento de residências secundárias, superior ao de domicílios, mostra nítida tendência para o turismo de vilegiatura, que vem se instalando claramente neste setor do litoral. Tulik (1995) já havia detectado um comportamento similar em sua pesquisa, quanto a saturação das localidades turísticas mais próximas dos grandes centros faz surgir a preferência por localidades mais distantes, fazendo com que o vilegiaturista ultrapassasse este ponto de saturação e seus problemas (aumento de freqüentação, dos preços, da poluição, etc.). Tal fato poderia explicar o aumento de residências secundárias no litoral oeste cearense. Por outro lado, análise para Maranguape evidencia outra natureza, pois trata-se de um município interiorano da RMF. Nele também houve importante aumento dos domicílios, diluindo assim o impacto das residências secundárias, como comprova sua relação: 3,3% em 2000.

Da constatação acima observamos duas fases distintas do turismo de vilegiatura no Ceará, opondo litoral leste onde tal processo está consolidado, e litoral oeste, em processo de consolidação. No leste, observamos a vilegiatura já instala em Aquiraz, Cascavel, Beberibe e Icapuí, sendo que desses, Beberibe e Icapuí aumentaram a porcentagem de residências secundárias no total de domicílios, passando de 12,9%, em 1991; para 16,4%, em 2000, para Beberibe; e de 8,4%, em 1991; para 12,6% em 2000, para Icapuí (tabela 6). No oeste, vemos que o aumento no número de residências secundárias torna-se um fator indiscutível de expansão urbana, visto que atinge porcentagem acima de 50%, em Acaraú, Barroquinha e Camocim (tabela 6).

Nos demais municípios, apesar do constante aumento observado nos números durante o período, destacamos certa estabilidade observada nas variáveis, sobretudo em relação a porcentagem de residências secundárias segundo o total de domicílios. Assim, Camocim, Cruz, Acaraú, Itarema, Amontada, Itapipoca, Fortaleza, Maracanaú, Guaiúba, Pacatuba, Chorozinho e Pacajus permaneceram no intervalo de 4 a 0,8% (figura 7 e tabela

6). Verificamos, assim, que os setores oeste e central do litoral cearense mostram-se menos dinâmicos que o setor leste.

O litoral cearense vive diferentes etapas do desenvolvimento do turismo balneário. Assim como Miossec (1998, p. 92-98) podemos detectar três fatores principais: os atrativos naturais (sol, praia e calor o ano inteiro!), as melhorias nos sistemas de transporte (as rodovias e o aeroporto internacional) e o papel do Estado com os programas de desenvolvimento. Apesar de não haver uma correlação espacial direta entre investimentos e aumento de residências secundárias, é inegável que esses dinamizaram a região, e os projetos de grande envergadura ao redor do porto do Pecém são exemplos. Por outro lado, o mesmo autor ressalta que o desenvolvimento turístico ocorre de forma “linear e invasora”, pois uma localidade de muito sucesso e alta freqüentação pode fazer com que uma parte de sua clientela migre e procure lugares menos saturados. Assim, o litoral oeste estaria vivendo uma fase inicial de seu desenvolvimento turístico e o litoral central e leste estariam envolvidos numa fase mais avançada e próxima da saturação, quando problemas estruturais acabam por expulsar o visitante mais exigente. Nesta porção do litoral, tais problemas são inúmeros: poluição hídrica, poluição por resíduos sólidos, erosão litorânea e das falésias, ocupação irregular da beira-mar, excesso e circulação precária de veículos, falta de estacionamento, etc. A procura de novos lugares, e/ou reinventando os já incorporados, o vilegiaturista avança e chega às pequenas cidades e aos vilarejos.

Além os aspectos de ordem quantitativa, demonstrados pelos dados expostos, as mudanças na estruturação urbano do litoral derivam de novos aspectos qualitativos referentes a prática da vilegiatura. Acontece na contemporaneidade uma relação dialética entre os modelos de vilegiatura da década de 1970 (autóctone) e a vilegiatura desenvolvida no Nordeste nos primeiros anos do século XXI. Os investimentos em turismos atraíram um maior fluxo de visitantes nacionais e internacionais. Tal fato propiciou um fenômeno não planejado pelos gestores públicos: a dinamização do mercado imobiliário para construção de residências secundárias para brasileiros e estrangeiros (FERREIRA; SILVA, 2007). Tal fenômeno, relativamente recente para o Ceará, já é consolidado nas praias mediterrâneas e mexicanas.

As localidades praianas do Ceará, componentes dos municípios já indicados, tornam-se nós de uma rede urbana de lugares produzidos para o turismo e para a vilegiatura autóctone e alóctone. Podemos concluir que as comunidades localizadas nos municípios litorâneos alcançados pelos empreendimentos públicos e privados voltados ao turismo e a vilegiatura tendem, parafraseando Carlos (2001), a submissão a lógica do consumo do espaço.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Núcleo Fortaleza Observatório das Metrôpoles, ao laboratório de Planejamento urbano e regional do Departamento de Geografia da UFC, aos professores Ms Maria Clélia Lustosa da Costa e Dr. Eustógio W. Dantas; aos estagiários Edson O. Paula e Enos F. Araújo.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, Lenilton F. de. Residências secundárias: expansão e novos usos no litoral cearense. In SILVA, J.B. da; DANTAS, E.W.C.; ZANELLA, M.E.; MEIRELES, A.J.A. (org). **Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006, p. 289-305.
- BENEVIDES, Ireleno Porto. **Turismo e PRODETUR: dimensões e olhares em parceira**. Fortaleza: Edições UFC, 1998.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CEARÁ. Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará – SEMACE. **Diagnóstico Socioeconômico da Zona Costeira do Estado do Ceará**. Fortaleza: SEAMCE, 2005
- CLAUDINO-SALES, Vanda ; PEULVAST, Jean-Pierre. Geomorfologia da zona costeira do Estado do Ceará, nordeste do Brasil. In SILVA, J.B. da; DANTAS, E.W.C.; ZANELLA, M.E.; MEIRELES, A.J.A. (org). **Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006, p. 387-406.
- CORIOALO, Luiza N. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. 3 ed. Campinas: Papyrus, 2002.
- COSTA, Maria Clélia Lustosa da; ACCIOLY, Vera Mamede. Estrutura Urbana e Mobilidade Pendular na Região Metropolitana de Fortaleza. In: **XII Encontro Nacional da ANPUR**, 2007, Belém. Disponível <http://www.ufpa.br/xiienanpur/CD/index.html>, acesso janeiro 2009.
- DANTAS, Eustógio W.; PEREIRA, Alexandre Q.; PANIZZA, Andrea C. Urbanização litorânea das metrópoles nordestinas brasileiras: vilegiatura marítima na Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. **Cidades (Presidente Prudente)**, v. 5, p. 14-34, 2008.
- DANTAS, Eutógio W. C. Imaginário social nordestino e políticas de desenvolvimento do turismo no nordeste brasileiro. **Geosp**, São Paulo, n. 22, p. 9 - 30, 2007.
- DANTAS, Eutógio W. C. O mar e o marítimo nos trópicos. **Geosp**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 63-76, 2004.
- DANTAS, Eutógio W. C.; ARAGÃO, Raimundo F.; LIMA, Ernandy L. V. de; THÉRY, Hervé. Nordeste brasileiro fragmentado: de uma região com bases naturais a uma fundamentação econômica. In SILVA, J.B. da; DANTAS, E.W.C.; ZANELLA, M.E.; MEIRELES, A.J.A. (org). **Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006, p. 14-23.
- FERREIRA, A. L. de A.; SILVA, A. F. C. da. Perdas e ganhos na produção imobiliária: uma agenda pública para o futuro. **Scripta Nova**. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 ago 2007, vol XI, nº 245(44). Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-2454>
- MIOSSEC, Alain. **Les littoraux entre nature et aménagement**. Paris : Sedes, 1998.

MORAES, Antonio C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil – elementos para uma Geografia do Litoral Brasileiro**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999, 229 p.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES; INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL; FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. **Como andam as metrópoles brasileiras: RMF**. 2005. Disponível [http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/como\\_anda/como\\_anda\\_RM\\_fortaleza.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/como_anda/como_anda_RM_fortaleza.pdf), acesso dezembro 2008.

PANIZZA, Andrea C.; FOURNIER, Jérôme. O litoral do Rio Grande do Norte: dinâmica e modelo espacial. **Confins**, Paris, n. 3, julho-outubro 2008. Disponível <http://confins.revues.org/document3473.html>; acesso março 2009.

PANIZZA, Andrea C.; ROCHA, Yuri Tavares; DANTAS, Aldo. O litoral brasileiro: exploração, ocupação e preservação – um estudo comparativo entre regiões litorâneas dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Norte. **Ra'ega**, Curitiba, n. 17, 2009 (no prelo).

PEREIRA, A. Q. **Veraneio marítimo e expansão metropolitana no Ceará**: Fortaleza em Aquiraz. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Ceará. 157 f. Fortaleza, 2006.

PEREIRA, Alexandre Q., DANTAS, Eustógio W.C. Veraneio marítimo na metrópole: o caso de Aquiraz-CE. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n. 20 (2), p. 93-106. 2008.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5 ed. Hucitec: São Paulo. 2005, 174p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. Hucitec: São Paulo, 1996.

SILVA, José Borzachiello da. Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral. In SILVA, J.B. da; DANTAS, E.W.C.; ZANELLA, M.E.; MEIRELES, A.J.A. (org). **Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006, p. 45-55.

SPOSITO, Maria E. B. Sobre o debate em torno das questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, A.F.A. & LEMOS, A.I.G. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003, p 358-363.

TULIK, Olga. 1995. 164f. **Residências Secundárias: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo**. Tese (Livre-Docência), Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995